

**ATA DE REUNIÃO****Conselho Estadual das Cidades - 2ª reunião Extraordinária de 2013****Data:** 12/09/2013**Hora:** 14:00h**Local:** Auditório – Palácio da Fonte Grande, 1º andar.**Pauta:**

1. Informe geral sobre a realização da 5ª Conferência Estadual;
2. Sistematização;
3. Resposta ao recurso enviado à Comissão Nacional Recursal e de Validação;
4. Regimento interno da Conferência Estadual;
5. Conselho Municipal de Guarapari;
6. Assuntos gerais.

**Discussões**

1. Na ausência do secretário Iranilson Casado e de seu suplente, o vice-presidente Dauri fez a abertura da reunião. Abre a reunião falando da ausência do secretário e seu suplente, e na fala da pauta disse não ter participado da elaboração da mesma enquanto mesa diretora. Informou que a data da realização da 5ª Conferência não foi definida e que na atual data é aguardada a entrega da documentação da quarta empresa classificada dentro do processo licitatório, com expectativa da aprovação para que a realização da conferência ocorra dentro do prazo até 28 de setembro de 2013.
2. Ligia, assessora da secretaria, falou da sistemática do pregão que o motivo de ainda não haver definição da empresa vencedora é o fato de as três primeiras empresas terem sido inabilitadas;
3. Leticia, assessora da secretaria, falou que a empresa que foi chamada em 4º lugar provavelmente atendera aos requisitos;
4. Edilza questionou a demora do andamento da definição da data;
5. Dauri falou que a comissão nacional já esta ciente da data de 26 e 27 de setembro;
6. Leticia, assessora da secretaria, fala da preocupação de reorganização da comissão nacional no envio de representantes para a Conferência Estadual, dada a alteração na data inicialmente prevista;
7. Maria Clara frisou a ausência dos outros representantes do governo e

- segundo a conselheira, a alteração de datas é devido a ingerência e que pessoas serão prejudicadas. Disse que precisa ser questionada a real finalidade da conferência, que as conferências municipais foram fracas. Disse que o MNLM gostaria que o governo estadual estivesse mais presente e que se a reunião já estava marcada deveria haver representante;
8. Elias disse que o processo de licitação deveria estar concluído pelo tempo em que a organização do evento começou. Disse que é compreensivo com os fatos, mas que um representante do estado deveria explicar o motivo da demora e que parece ter havido uma morosidade proposital. Mencionou a possibilidade de haver boicote por parte dos representantes do governo à reunião, apesar de não querer olhar essa situação dessa forma, e que, caso a companheira de movimento (Maria Clara) concordasse, poderiam se retirar da reunião.
  9. Dauri disse que esteve presente em reuniões de outros conselhos e que as pessoas perguntam sobre a data da conferência e que ele informa que as datas foram alteradas;
  10. Juscelino disse que não é necessário se retirarem da reunião pela ausência de representantes do governo, diz que os conselheiros que não puderam estar presentes, justificaram a ausência antecipadamente. O mesmo aconteceu em outras reuniões. Frisou que o foco de debate deveria ser a Conferência Estadual das Cidades independente dos problemas que aconteceram no decorrer do percurso. Comentou que os conselheiros não deviam se ausentar da reunião pois o plenário tem poder deliberativo e portanto, havendo quorum, as decisões podem ser aprovadas;
  11. Edilza questiona a possibilidade de não realização da conferência, diz que precisa ser pensado um plano B, já que o prazo final é dia 28 de setembro e o resultado da licitação pode acontecer próximo a data do evento, inviabilizando o acontecimento do mesmo;
  12. Dauri diz que tem preocupação com essa possibilidade e não sabe qual seria a solução, uma vez que o governo é responsável pela realização da conferência;
  13. Ana Márcia disse que em Vila Velha a modalidade de contratação foi por adesão a ata de registro de preço;
  14. Dauri informou que, para a realização da conferência realizada em Guarapari, foi contratado o SESC, sem licitação. Caso a conferência seja realizada após o prazo de 28 de setembro, esta ficará sob júdice da Comissão Nacional Recursal e de Validação. Como encaminhamento solicita à secretaria executiva, informar ao conselho sobre o andamento da licitação;
  15. Juscelino disse que houve reunião de sistematização e que há grande

- deficiência das propostas municipais, pois em sua maioria fazem proposições locais. O conselheiro pergunta se o conselho poderá elaborar propostas;
16. Edilza diz que não se deve elaborar mais propostas, na conferência tem que ser apresentadas as propostas enviadas pelos municípios somente;
  17. Letícia, assessora da secretaria, disse que faltam muitas propostas a serem sistematizadas;
  18. Ligia, assessora da secretaria, disse que se não houver consistência nas propostas a conferência não terá sentido;
  19. Maria Clara disse a baixa qualidade das propostas vindas dos municípios representa o Estado, e que não cabe ao conselho melhorar as propostas dos municípios;
  20. Dauri disse que o que foi produzido pelas conferências municipais deve ser levado para a estadual. Disse que o problema é a não sistematização, pergunta se a comissão de sistematização precisa de ajuda, mas diz que ele mesmo não conseguirá ajudar;
  21. Letícia citou que na última reunião houve reforço na comissão de sistematização com a inclusão dos conselheiros Elias e Juscelino;
  22. Dauri apresentou as propostas já sistematizadas, mas disse que não havia como debater sobre elas nesta reunião. Enfatizou que o restante das propostas precisa ser sistematizada;
  23. Letícia disse que as propostas precisam ser sistematizadas o quanto antes para haver tempo hábil de enviar a documentação para gráfica realizar a impressão;
  24. Ficou definido o dia 18 de setembro como prazo limite;
  25. Edilza propôs que, caso a conferência não aconteça nos dias 26 e 27 de setembro, que a mesma ocorra na 1ª quinzena de outubro, exceto nos dias 3 e 4;
  26. Ana Márcia propôs a conferência com duração de um dia;
  27. Edilza diz que não é viável a realização da conferência em apenas um dia e propõe os dias 9 e 10 de outubro como segunda opção;
  28. Dauri propõe estipular a 1ª quinzena, de 7 a 18, exceto sábados e domingos, sem definir data agora, pois há a limitação de espaço físico;
  29. Elias falou da realização da conferência, diz que não pode ser de apenas um dia, pois o governo é rico e organizado e com pessoas disponíveis para trabalhar. Propôs que o conselho envie uma correspondência para o governador dando ciência da dificuldade de realização da conferência, já que o governo do Estado vem das bases e dada a importância da

- conferência;
30. Edilza sugeriu marcar uma audiência com o governador para falar pessoalmente. Sugeriu que o conselho defina o local para a realização da conferência (plano B);
  31. Juscelino disse que o conselho já está discutindo o mesmo tema há mais de uma hora e nada ficou resolvido. Disse que a conferência vai acontecer na data prevista e será um sucesso;
  32. Letícia informou sobre o envio do recurso para a secretaria nacional a respeito da regionalização da eleição dos delegados feito pela FAMOPES. Falou do histórico e de como surgiu a proposta na última reunião do plenário. Letícia falou que está apenas informando e pede ao Dauri para encaminhar.
  33. Dauri leu a carta dos representantes da FAMOPES do conselho à comissão nacional recursal e de validação contra a regionalização da eleição de delegados. Dauri disse que os pontos de pauta não têm vindo da mesa diretora, por isso a regionalização da eleição dos delegados não deveria estar na pauta da reunião anterior. Disse que no dia da reunião foi solicitada a retirada desse ponto de pauta, mas não foi atendido e que o ponto foi votado e aprovado. Falou que a regionalização do estado é política. Disse que se referiu à imposição do governo do estado na carta à comissão nacional pela manutenção do ponto na pauta, por mais que tenha vindo de um debate anterior na comissão de organização. Foi entendido que isso era alteração do regimento e, por isso, não poderia acontecer.
  34. Juscelino disse que a proposta apresentada e votada não veio do governo do Estado e sim da comissão de organização, no sentido de não se permitir que no momento da eleição, se privilegiasse a eleição apenas de delegados da Grande Vitória. Se o ponto foi colocado em votação e aprovado no plenário, ainda assim seria votado novamente na Conferência Estadual, no momento de aprovação do regimento interno da Conferência. Disse que o conselheiro Mário foi excluído do conselho de forma violenta, pelo simples fato de ter votado a favor da proposta.
  35. Elias disse que estava presente na reunião da comissão de organização onde a proposta de regionalização foi construída e que o mesmo ajudou a construir e não considera que a proposta veio do governo, o erro foi de não discutir o assunto dentro do movimento (FAMOPES). Disse que o embate serve para melhorar a organização. Disse ter achado a retirada do conselheiro Mário arbitrária. Disse que no dia votou contra a proposta por sempre votar com o movimento;
  36. Edilza disse que não pôde estar presente na reunião, mas se estivesse teria se posicionado contra a regionalização, na reunião da comissão de organização. Se o regimento interno da conferência Estadual não fala de

- regionalização então não há porque alterar esse critério. A Comissão Nacional não permite conferências regionais. Os critérios de eleição devem ser decididos dentro de cada segmento;
37. Dauri diz que o termo violência é inadequado para a decisão da FAMOPES sobre a exclusão do conselheiro Mário;
  38. Latussa falou que a questão parecia não estar fechada, e que a situação estava confusa, pois não havia consenso sobre se foi imposição o não do governo a regionalização. Sugeriu que fosse aguardada a decisão da nacional;
  39. Ficou definido que o prazo de indicação dos delegados por seguimento para a conferência é até o dia 20 de setembro;
  40. Leticia apresentou um questionamento vindo de Guarapari sobre a proporcionalidade na formação do Conselho Municipal da Cidade. A assessora informou que a formação do conselho das cidades será a mesma do conselho do PDM, tripartite;
  41. Dauri acha que a questão não deve ser discutida no plenário e deve ser feita consulta à mesa diretora;
  42. Wanderley acha que Guarapari quer infringir a orientação que vem da nacional e que eles precisarão se adaptar à proporcionalidade;
  43. Latussa questionou se esse tipo de discussão é função do conselho;
  44. Edilza disse que o Conselho da Cidade não deveria ser atrelado ao Conselho do PDM;
  45. Dauri orientou que a questão deve ser discutida pela mesa diretora;
  46. Wanderley voltou à questão da regionalização da eleição de delegados e disse que a resposta da nacional está clara quanto ao fato de que a decisão deve ser interna a cada segmento. Pediu desculpas pelas ausências nas últimas reuniões, disse que esteve presente na conferência do Maranhão e Sergipe e trouxe o material fornecido nas mesmas como exemplo. Citou que a conferência de Sergipe está com risco de ser invalidada, pois a conferência aconteceu em apenas um dia e que não havia a relação de delegados na portaria do local de evento. Dessa forma municípios que não realizaram a conferência municipal queriam inscrever delegados. Alertou para que essa situação não se repita no Espírito Santo. Complementou dizendo que lá havia diferenciação de cores de crachá para evitar confusão durante as votações;
  47. Leticia apresentou o material que está sendo pensado para a conferência estadual;
  48. Dauri e Edilza disseram que o conselho precisa conversar com urgência

- com Calhau sobre a infraestrutura para o evento;
49. Elias propôs que a comissão preparatória se reúna e assuma a realização da conferência;
50. Dauri propôs que a reunião da Comissão Preparatória fosse na segunda-feira pela manhã.
51. A sugestão foi aprovada.

## Encaminhamentos

- 1) A comissão de sistematização enviará, até o dia 18 de setembro, quarta-feira, as propostas dos municípios sistematizadas;
- 2) As entidades de cada segmento indicadas previamente na reunião do plenário do Concidades indicarão delegados para conferência estadual e enviarão a lista por email à secretaria executiva até o dia 20 de setembro;
- 3) A secretaria executiva deverá apresentar um histórico do processo de licitação até o dia seguinte (13/09/13).
- 4) A partir do histórico do processo de licitação enviado pela secretaria executiva, os conselheiros presentes na reunião redigirão um ofício ao governador informando sobre as dificuldades da realização da conferência, assim como a solicitação de recebimento de uma comissão;

## Membros Presentes

***Dauri Correia da Silva***

Membro titular

*Federação das Associações dos Moradores e  
Movimentos Populares – FAMOPES*

***Edilza Maria da Silva Felipini***

Membro Titular

*União Nacional por Moradia Popular - UNMP*

***Pedro Landelino Mengoli***

Membro titular

*Federação das Associações dos Moradores e  
Movimentos Populares – FAMOPES*

***Sônia de Fátima Silva***

Membro suplente

*União Nacional por Moradia Popular - UNMP*

***Maria Clara da Silva Pereira***

Membro titular

*Movimento Nacional de Luta pela Moradia –  
MNLN*

***Juscelino Brzesky dos Santos***

Membro titular

*Central única dos Trabalhadores – CUT/ES*

**Elias Ferreira Nunes**

Membro titular

*Movimento Nacional de Luta pela Moradia –  
MNLN*

**Ronaldo Correa de Almeida**

Membro Suplente

*União Nacional por Moradia Popular – UNMP*

**Ana Márcia**

Membro titular

*Associação dos Municípios do Estado do Espírito  
Santo – AMUNES*

**Latussa Laranja**

Membro titular

*Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN*

**Antônio Carlos Nicchio**

Membro titular

*Caixa Econômica Federal - CEF*

**Wellington Fornaciari**

Membro titular

*Associação dos Municípios do Estado do  
Espírito Santo - AMUNES*

**Helena Zorzal**

Membro titular

*Instituto de Desenvolvimento Urbano e de  
Habitação – IDURB*

**Manoel Wanderley de Oliveira**

Membro titular

*Federação de Entidades de Micro e  
Pequenas Empresas do Espírito Santo –  
FEMICRO*